

O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA À LUZ DA FILOSOFIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONFIGURAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA¹

Ívina Flores Melo Kuroki²
Angelica Alves da Cunha Marques³

RESUMO:

A partir de estudos da Filosofia e da Sociologia da Ciência voltados para a “objetividade científica”, este artigo situa o princípio arquivístico da Proveniência no conceito de “princípio científico”. As contribuições e repercussões do Princípio da Proveniência, aceito consensualmente pela comunidade científica arquivística, ainda que com variações quanto às suas origens, denominações, relações e desdobramentos, são inferidas da sua trajetória histórica e das suas concepções, conforme os manuais internacionais e nacionais estudados. Dentre essas contribuições, destaca-se o reconhecimento da sua identidade e relevância como princípio condutor da teoria arquivística; o papel desse princípio na formação e consolidação da Arquivologia como disciplina científica, bem nas práticas arquivísticas, ao singularizar as atividades do arquivista no campo da informação. Ao identificar o contexto de produção e acumulação dos documentos na delimitação externa dos fundos e na sua organização interna, o Princípio da Proveniência preserva a organicidade e o valor de prova dos documentos perante a sociedade.

Palavras-chave: Princípio científico. Princípio da Proveniência. Arquivologia. Disciplina científica.

ABSTRACT:

Building on studies of Science Sociology and Philosophy focused on “scientific objectivity”, this paper places the archival principle of Provenance within the concept of “scientific principle”. The contributions and repercussions of the Principle of Provenance, consensually accepted by the archival scientific community in spite of the divergence of opinions regarding its origins, denominations, relations and development, can be inferred from its historical trajectory and conceptions, in accordance with the national and international manuals studied. Among these contributions, we can highlight the acknowledgement of its identity and relevance as a driving principle of archival theory and the part this principle plays on the formation and consolidation of Archival Sciences as a scientific discipline, as well as on archival practices, by making the activities of the archival scientist singular on the field of information. In identifying the context of production and accumulation of documents in the external delimitation of funds and its internal organization, the Principle of Provenance preserves the organicity and proof value of the documents before society.

Keywords: Scientific Principle. Principle of Provenance. Archival Science. Scientific discipline.

¹ Pesquisa qualificada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília em abril de 2015.

² Graduada em Letras-Tradução Inglês e em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB.

³ Graduada em Arquivologia, mestre e doutora em Ciência da Informação UnB. Desenvolveu pesquisa de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB e à *École Nationale des Chartes/Sorbonne* (Paris). É professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB e vice-líder do grupo de pesquisa "Fundamentos históricos, epistemológicos e teóricos da Arquivologia" (FHETA).

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos originaram-se das necessidades humanas de registro do controle de atividades cotidianas e sua posterior preservação. A Arquivologia, por sua vez, teve suas origens marcadas pelas necessidades de satisfazer às demandas de fontes primárias da História e, posteriormente, atender aos anseios dos cidadãos, tornando acessível a informação. Como disciplina, vem se desenvolvendo desde o século XVII (FONSECA, 2005), tendo como marco, no final do século XIX, a edição do *Manual de Arranjo e Descrição*, de Muller, Feith e Fruin (1960), amplamente reconhecido como “Manual dos Arquivistas Holandeses”, além de estudos que se dedicam à delimitação do seu objeto de estudo e dos seus princípios, como bem demonstram Tognoli (2010), Marques (2011) e Schmidt (2012).

Considerando a relevância do Princípio da Proveniência⁴ para o desenvolvimento da Arquivologia, segundo a literatura da área, participamos de um grupo de estudos, que se propôs a estudar os princípios arquivísticos recorrentes nessa literatura, por meio da leitura dos manuais identificados por Marques (2011). Nesse contexto, desenvolvemos uma pesquisa no âmbito do Programa de Iniciação Científica, quando analisamos 38 manuais internacionais e 11 nacionais, cujos resultados apontaram para consensos acerca do Princípio da Proveniência como base científica para a formação da Arquivologia como disciplina científica e alguns dissensos em torno dos demais princípios, além de concepções diversas quanto às delimitações e desdobramos daquele princípio. Esses resultados nos instigaram a aprofundar a pesquisa da graduação em uma pesquisa de mestrado, atualmente em desenvolvimento, a qual tem por objetivo compreender as demarcações conceituais dos princípios científicos da Arquivologia e da Ciência da Informação, tendo em vista suas contribuições na configuração científica dessas disciplinas no campo da informação.

Este artigo é um recorte da referida pesquisa e se propõe a delimitar o Princípio da Proveniência a partir das definições de “princípio”, identificadas na literatura da Filosofia e da Sociologia da Ciência. Para o estudo dos autores dessas duas disciplinas utilizamos o *Método da História Cruzada*, proposto por Werner e Zimmermann (2003), voltado para a comparação inter-relacional de abordagens teóricas. Para a delimitação do Princípio da Proveniência, retomamos os 38 manuais internacionais e 11 nacionais estudados no projeto de iniciação científica e, com apoio dos pressupostos da Filosofia e Sociologia da Ciência, nos propomos a

⁴ “Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136).

delinear a origem, a trajetória e a importância do Princípio da Proveniência para a Arquivologia, doravante apresentadas.

2 “OBJETIVIDADE” E “PRINCÍPIO CIENTÍFICO”

Popper (2013) considera o desenvolvimento da ciência a partir da elaboração de teorias e enunciados que não se originam, necessariamente, de uma tradição científica conhecida. Podem-se elaborar teorias experimentais, não relacionadas às leis e aos enunciados preexistentes e testá-las por meio de experimentos lógicos. Para ele, a ciência é um sistema de enunciados e tem como critério de demarcação a falseabilidade de um sistema, sobretudo pautado na lógica dedutiva.

Kuhn (2013, p. 56), por sua vez, afirma que há uma rota para a ciência, que culmina numa Ciência Normal, baseada em “realizações científicas passadas”. A Ciência Normal, enquanto um conjunto de fatos, teorias e métodos registrados em documentos científicos, advém de experiências e observações dos paradigmas que a alimentam constantemente e determinam a interpretação dos problemas científicos.

Os paradigmas partem da base empírica do cientista, considerando-se que as experiências são necessárias e, sendo assim, ponto central no desenvolvimento da ciência. A perspectiva de Kuhn (2013) demonstra que os paradigmas estão em constante evolução e, ainda que se procure a imparcialidade científica, as experiências e as tradições científicas originadas de bases empíricas são partes essenciais nas revoluções científicas. O consenso, ou seja, a aderência da comunidade científica a um paradigma, orienta a Ciência Normal e a continuidade da pesquisa e de novas descobertas.

Assim como Kuhn (2013), Trigueiro (2012) entende que ciência alterna-se entre períodos de estabilidade e de crises. A constante reinvenção da ciência reflete-se na sua natureza não objetiva. A ciência não é “pura neutralidade, mas a escolha de um caminho possível” (TRIGUEIRO, 2012, p. 26). Assim, o autor entende que a ciência não é isenta de valores e abrange aspectos sociais, políticos e individuais. As atividades científicas—não se relacionam apenas com normas e regras. Essas atividades dialogam com as entidades científicas que são os *constructos* científicos como conceitos, leis e teorias.

Weber (2006), por sua vez, parece concordar com Trigueiro (2012), ao complementar que a ciência tem suas bases no mundo real e nas experiências dos cientistas, sejam elas puramente científicas, sejam elas empíricas. O uso da subjetividade na pesquisa científica, a

qual o autor denomina como “objetividade” científica (WEBER, 2006), determina que a imparcialidade “pura” na pesquisa científica não se aplique no campo das atividades científicas sociais.

Assim, Weber (2006) sustenta que as ciências sociais se ocupam de eventos empíricos e observáveis que despertam interesse investigativo. Ele acredita que a ciência não pode ser rígida, ou seja, ela é flexível e adaptável e, portanto, não se podem estabelecer imperativos. Significação e ciência posicionam-se entre a realidade e os seus significados, no âmbito do que o autor denomina “princípio da significação”, auxiliando-nos a compreender que, no “mundo” das ciências sociais, podem-se obter diversos significados ou diversas visões para o mesmo objeto, o que também vai ao encontro da proposta de Kuhn (2013). Dessa forma, percebemos que as ideias de Weber (2006) são diferentes daquelas de Popper (2013), ao entender que a validade científica não se restringe à lógica. A realidade relaciona-se com questões históricas e, conseqüentemente, com questões culturais nas quais a história se insere.

Concordamos com Popper (2013) quanto à necessidade de observarmos uma objetividade na pesquisa científica, sobretudo na condução dos métodos científicos. Entretanto, as subjetividades do cientista, combinadas com os aspectos culturais e históricos, devem ser consideradas no desenvolvimento da ciência (WEBER, 2006; TRIGUEIRO, 2012). A visão de paradigma e de tradição científica das comunidades científicas de Kuhn (2013) parece-nos próximas da perspectiva de pesquisa em Arquivologia, embora a fixidez da “comunidade científica”, atribuída pelo referido autor, deva ser flexibilizada para esta disciplina. Buscamos, então, compreender os conceitos de “princípio”, a partir desses autores.

Segundo Popper (2013), o método dedutivo, orientado pela falseabilidade e verificabilidade, nos aponta como cuidado, ao validar enunciados e teorias, que devemos, até que se torne irrefutável, tentar torná-los falsos, fazendo o movimento contrário ao praticado na maioria das pesquisas das ciências sociais.

Para Kuhn (2013, p. 89), a pesquisa científica está “dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias fornecidos pelos paradigmas”. A comunidade científica admite problemas (quebra-cabeças) na medida em que eles possam ser solucionados por um paradigma. Assim, os quebra-cabeças são expostos para as comunidades científicas e, quando aceitos, são admitidos como elementos a serem investigados. Na acepção de Trigueiro (2012, p. 42), os princípios científicos se dedicam a representar “alguns aspectos essenciais de uma parte da realidade empírica”.

Buscando um redesenho da “objetividade” científica, Weber (2006) critica a tendência das ciências em delimitar “princípios” que solucionem os problemas práticos científicos, defendendo que cada indivíduo deve buscar o significado dos pressupostos e aplicá-los à sua realidade. Por conseguinte, de acordo com este autor, para as ciências sociais não haveria princípios definidos, uma vez que, por mais que eles conduzam às explicações práticas de “princípio”, ou seja, como postulado inicial, “a criação de um denominador geral prático para nossos problemas de ideais últimos com validade geral certamente não pode ser parte de qualquer ciência empírica” (WEBER, 2006, p. 21).

Sendo assim, considerando as contribuições apontadas por Kuhn (2013), Popper (2013), Trigueiro (2012) e Weber (2006), propomos como princípio científico de uma disciplina: um postulado consensual, basilar teórico para o seu desenvolvimento e amadurecimento, validado mediante a assimilação e a sua comunicação no âmbito de uma comunidade científica.

3 MARCOS HISTÓRICOS E DEFINIÇÕES DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA

O Princípio da Proveniência teve suas origens demarcadas em diferentes locais e datas. Na França, por exemplo, de acordo com Schellenberg (1980), Guizot⁵ foi o autor do regulamento, em 1839, que destacava o agrupamento lógico de documentos, obedecendo à sua origem de produção. Esse regulamento foi complementado pela circular de 24 de abril de 1841, editada por Natalis de Wailly, chefe da seção administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior. Tratava-se de instruções para se colocar em ordem e classificar os arquivos departamentais e comunais (SCHELLENBERG, 1980). Esse autor lembra que, em 8 de julho de 1841, Wailly ratificou a circular destacando o respeito aos fundos como o princípio básico, também conhecido como Princípio da Proveniência.⁶ Heredia Herrera (1991) e Duchein (1986)⁷ afirmam que a circular de Natalis de Wailly (1841) foi elaborada na mesma data em que Guizot teria publicado o documento, de acordo com Schellenberg (1980).

⁵ Ministro da Instrução Pública, de 1832 a 1839, e primeiro-ministro, de 1840 a 1848, na França (SCHELLENBERG, 1980, p. 241).

⁶ Como veremos, há autores que consideram o Respeito aos Fundos um princípio arquivístico e outros que o entendem como um dos graus do Princípio da Proveniência. Neste artigo, consideraremos que o respeito aos fundos se refere à aplicação do Princípio da Proveniência e, portanto, é um desdobramento desse princípio na demarcação externa dos fundos, conforme a sua proveniência.

⁷ A obra de Michel Duchein *O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos* (1986) não foi contemplada, inicialmente, em nosso rol de obras internacionais analisadas, que excluiu artigos. Todavia, consideramos a sua importância teórica e a incluímos na nossa análise, como bibliografia complementar.

Rosseau e Couture (1998), Cruz Mundet (2001) e Ruíz Rodrigues (2008) complementam essa afirmação de Heredia Herrera (1991) ao defenderem que Natalis de Wailly anunciou, por meio da circular, o marco teórico fundamental para a Arquivologia, definindo-a, a partir daí, como disciplina científica. Bellotto (2006) e Martín-Pozuelo Campillos (1996), por sua vez, discordam dessa concepção e mencionam que Guizot homologou sua instrução primeiramente, em 1839, e Wailly teria apenas a complementado, em 1841.

O pioneirismo francês pode ter influenciado o desenvolvimento do pensamento arquivístico de vários países, incluindo a Arquivologia brasileira. No entanto, podemos observar que não há consenso entre os autores estudados quanto à data e à autoria do documento que anuncia o Princípio da Proveniência na França. Mesmo assim, diversos estudiosos se basearam no modelo francês, repercutido a partir daquele documento e o qual exalta o respeito aos fundos, como unidades indivisíveis.

Na Itália, segundo Heredia Herrera (1991) e Lodolini (1993), Francesco Bonaini⁸ definiu o princípio de ordenação original dos arquivos por meio do *método storico*. Em 23 de março de 1867, esse italiano publicou uma circular no Ministério da Instrução Pública, na qual expressava sua contribuição à formação teórica italiana e às políticas públicas (LODOLINI, 1993). O *método storico* é, então, instituído como marco histórico na Itália (BRENNEKE, 1968; SCHELLENBERG, 1980; TAMBLÉ, 1993; CARUCCI, 2010), influenciando, diretamente, o desenvolvimento do Princípio da Proveniência naquele país.

Nos Países Baixos, o Princípio da Proveniência, segundo Schellenberg (2006), foi oficialmente sancionado em 10 de julho de 1897, pelo Ministro do Interior, embora o mesmo autor mencione que em 1881, na Prússia, fora anunciado um regulamento que dispunha sobre alguns princípios da área, dentre eles o *Registraturprinzip*, ressaltando a importância da ordem dada aos documentos pelos serviços de registro de documentos.

A ocasião inspirou os holandeses na elaboração do manual que passaria a ser considerado o marco teórico para o desenvolvimento da Arquivologia como disciplina (MULLER; FEITH; FRUIN, 1960). O *Manual de Arranjo e Descrição* foi escrito por Samuel Muller⁹, Johan A. Feith¹⁰ e Robert Fruin¹¹, com o nome original de *Handleiding voor het*

⁸ Considerado o pai da Arquivologia italiana, o historiador e arquivista Francesco Bonaini estabeleceu a base do Princípio da Proveniência pelo método histórico na Itália. Bonaini foi responsável pelo início do estudo de várias disciplinas próximas da Arquivologia, como a Diplomática e a Paleografia. O autor dedicou-se também à teoria da Biblioteconomia (LODOLINI, 1993).

⁹ Arquivista do Arquivo Nacional Holandês, especialista em tratamento de documentos governamentais, contribuiu com as questões de 1000 a 1300 do Manual. Muller especializou-se, posteriormente à publicação do

Ordenen em Beschrijven van Archieven. O manual concentrou as principais práticas arquivísticas holandesas do século XIX, objetivando, sobretudo, a padronização dessas práticas em todo o país (RIDENER, 2009).

No continente americano, Schellenberg (1980), Bellotto (2006) e Berner (1983) mencionam que o arquivista e historiador Waldo G. Leland¹² elaborou um projeto de organização dos arquivos estaduais norte-americanos em 1904, com base no respeito aos fundos. Leland apresentou os princípios de classificação em uma conferência, mas suas afirmações repercutiram após a publicação de seu artigo, em 1912 (BERNER, 1983).

O manual de Hillary Jenkinson (1965), publicado em 1922, também introduziu, na teoria americana, a ideia de relações orgânicas e naturais intactas, seguida de Schellenberg (1980), em 1956, que, foi um marco na Arquivologia, ao editar, em suas obras, os valores documentais em sintonia com o Princípio da Proveniência.

No Canadá e na Austrália, a teoria arquivística sofreu também grande influência desses dois estudiosos. Os *records groups*¹³ daqueles países assemelham-se aos *fonds* franceses (LOPES, 1996, p. 76). Schellenberg (1980) insere o respeito aos fundos e o respeito à ordem original no contexto da proveniência.

No que tange a definição do Princípio da Proveniência, percebemos que ela foi delimitada a partir de diversas abordagens desde os franceses e vem sendo ratificada e remodelada até os dias de hoje. Sendo assim, apresentamos algumas dessas definições que foram elaboradas pelos autores que estudamos, segundo suas origens institucionais.

Muller, Feith e Fruin (1960) foram precursores na delimitação da ordem original e do respeito aos fundos, fomentando a ideia de relação orgânica do documento com a sua entidade produtora, o que aponta para a relação do respeito aos fundos com o Princípio da Proveniência. Os autores entendem, por respeito aos fundos, a organização documental que,

manual e até 1922, no estudo da Diplomática e Paleografia, com foco na autenticidade dos documentos (RIDENER, 2009).

¹⁰ Arquivista do Arquivo Estadual de Groningen, elaborou as questões de 26 a 99 do referido Manual (RIDENER, 2009). Segundo o autor, Feith recebeu muitas críticas, devido ao seu estilo de texto peculiar.

¹¹ Arquivista do Arquivo Estadual de Zeeland. Antes da coautoria no Manual Holandês, elaborou um manual para o Arquivo Nacional do Governo Holandês. Ele publicou outro manual sobre a legislação arquivística holandesa, contribuindo ricamente para o desenvolvimento da teoria à época (RIDENER, 2009).

¹² Waldo Gifford Leland, nascido em 17 de julho de 1879, historiador americano, contribuiu relevantemente para o desenvolvimento da Arquivologia nos Estados Unidos. Ele publicou, em 1904, o *Guide to the Archives of the Government of the United States in Washington*. Após essa publicação, fomentou a criação do Arquivo Nacional americano, juntamente com seu orientador, J. Franklin Jameson (BERNER, 1983).

¹³ Os *records groups* são conjuntos de documentos dispostos em divisões hierárquicas baseadas na proveniência. Essas divisões representam as relações administrativas das instituições. A depender do tamanho do acervo, os *groups* podem ser subdivididos em subgrupos e séries (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST, 2015). Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/t/record-group>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

em sua essência, respeite a organização administrativa da instituição que produziu os documentos. Muller, Feith e Fruin (1960) afirmam que o (re)estabelecimento da ordem primitiva é regra fundamental, da qual derivam as demais normas. Jenkison (1965) e Brenneke (1968) concordam com os holandeses quanto à utilização das relações orgânicas para se reestabelecer a relação administrativa com a produção/acumulação documental.

O *Registraturprinzip* (*Registry Principle*), enunciado na Prússia, também determina que os documentos devam ser classificados desde a sua produção (CRUZ MUNDET, 2001), considerando-se as séries documentais primeiramente como registros administrativos, nos quais se reflete a estrutura administrativa (BERNER, 1983, p. 3). A classificação das séries na sua produção permite o controle da informação, assim como a retomada do ordenamento original, de forma mais natural e obedecendo-se às relações orgânicas (MULLER; FEITH; FRUIN, 1960; LODOLINI, 1993). Desse modo, a essência do *registratur* assemelha-se àquela do Princípio da Proveniência.

O “Sistema Público de Arquivos Francês” subsidiou os autores franceses a discutirem o Princípio da Proveniência, desdobrado no respeito aos fundos e no respeito à ordem original. A *Association des Archivistes Français* (1991) define o Princípio da Proveniência como o agrupamento dos documentos por fundos indivisíveis e prevê o arranjo dos documentos de um fundo segundo sua acumulação orgânica. Essa definição é ratificada por Favier (1985), pela *Direction des Archives de France* (1993) e por Rosseau e Couture (1998). Os autores canadenses complementam-na e concebem o Princípio da Proveniência como a base da Arquivologia moderna.

Os autores italianos Lodolini (1993), Tamblé (1993) e Carucci (2010) basearam-se no *método storico* como pressuposto para a ordenação interna dos conjuntos documentais. Esse método consiste no ordenamento dos arquivos de acordo com a sua organização originária, refletindo a estrutura organizacional das instituições produtoras (CARUCCI, 2010). Ainda segundo essa autora, o ordenamento pelo *método storico* possui duas funções: 1) permitir uma análise crítica do fundo, assim como a possibilidade de identificação das relações internas que os documentos guardam; 2) e contribuir para a história da instituição.

Carucci (2010) e Tamblé (1993) igualam o método histórico ao Princípio da Proveniência, apoiando-se em Brenneke (1968). A partir dessa concepção, podemos, portanto, inferir que os autores não consideram, pelo menos explicitamente, o respeito à ordem original e o respeito aos fundos como princípios primários, reconhecendo suas importâncias de forma intrínseca.

Destacamos, como marco conceitual, a definição de respeito aos fundos e respeito à ordem original apresentada por Casanova (1966), numa perspectiva intelectual, definição essa inovadora e apoiada por alguns autores como Lodolini (1993) e Bellotto (2006), que não apenas concordam com Casanova (1966), como, também, complementam-no. Esse autor apresenta uma visão inédita do ponto de vista de aplicação do Princípio da Proveniência: a recuperação efetiva da informação acontece, segundo ele, quando se observa não apenas o ordenamento original ou a ordem primitiva interna, como, também, a proveniência, a territorialidade e o contexto de criação e utilização do documento. O entendimento do autor diferencia-se dos demais estudiosos quando afirma que o respeito aos fundos e a ordem original nem sempre são físicos. Ele exemplifica com situações em que, por motivos de conflitos, um território secciona-se e os fundos são dispersos fisicamente, podendo, mesmo assim, manter a sua proveniência funcional, por meio de um “fórum especial” que mantenha os vínculos de proveniência e de relações administrativas dos documentos, via instrumentos de pesquisa. Nesse caso, respeitam-se os fundos e ainda que, fisicamente, estejam dispersos e a ordem original tenha sido desfeita, os conjuntos de documentos ainda mantêm as relações orgânicas com sua entidade produtora, via descrição documental.

Portanto, o respeito aos fundos e o respeito à ordem original podem acontecer de forma intelectual, preservando a organicidade dos documentos e as relações jurisdicionais, as quais denominamos proveniência (LODOLINI, 1993). O posicionamento de Casanova (1966) demonstra que o respeito aos fundos e o respeito à ordem original são elementos desdobrados do Princípio da Proveniência e que, mesmo em situações em que são “desrespeitados”, sobretudo a ordem original, desde que as relações orgânicas sejam mantidas e o condicionamento do documento à sua razão de criação, produtores e locais de produção sejam sinalizados, os conjuntos documentais cumprirão sua função precípua, enquanto fundos.

Na América Latina, sob influência do legado arquivístico espanhol, foi adotado o Princípio da Procedência¹⁴, inicialmente proposto por Heredia Herrera (1991), que preconizou a equivalência entre o respeito aos fundos e a Procedência, ao estabelecer que cada documento deva permanecer no fundo documental de sua procedência e esse fundo manter-se no local de sua origem. Nesse sentido, “o princípio configura-se como uma orientação especial à Arquivologia como disciplina” (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 34, tradução nossa).

¹⁴ O Princípio da Procedência estabeleceu-se em todos os países como princípio fundamental da Arquivologia, em contraposição à organização dos documentos por temática, proposta no período da *Ilustración* (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 33, tradução nossa). É análogo ao Princípio da Proveniência.

Quanto à identidade da Proveniência, autores como Tanodi (1961), *Association des Archivists Français* (1970), Schellenberg (1980), Favier (1985), Cook (1986), Pederson (1987), Eastwood (1992), *Society of American Archivist* (1993), *Direction des Archives de France* (1993) e Duranti (1996) compreendem o Princípio da Proveniência como o principal e fundamental na teoria e nas práticas arquivísticas.

Heredia Herrera (1991) considera que Wailly incluiu o respeito à ordem original como atributo aceito universalmente pelos arquivos, embora considerasse o Princípio da Proveniência e a sua aplicação, por meio do respeito aos fundos, como básicos e fundamentais. Berner (1983) afirma que na Prússia, por volta de 1870, aceitava-se o Princípio de Respeito aos Fundos como básico. Já Cook (1986) mescla alguns dos posicionamentos estudados anteriormente. O autor destaca a importância do Princípio da Proveniência para a verificação da autenticidade dos documentos, assim como Duranti (1996), citando a importância do seu estudo. O autor apoia o controle da proveniência na entrada dos documentos nos arquivos históricos, analogamente ao *registratur* prussiano.

Duranti (1996) também entende que o respeito aos fundos e o respeito à ordem original são desdobramentos do Princípio da Proveniência. Ela defende a autenticidade dos documentos em sua essência, ou seja, em sua natureza orgânica. Portanto, Duranti acredita na importância de se conhecer e estudar os produtores e as “multiprocedências” dos arquivos, de forma a se reconstituir as funções, competências, atividades e unidades administrativas para efetuar a descrição e análise diplomática (DURANTI, 1996, p. 82).

Bellotto (2006), assim como Rosseau e Couture (1998), considera que o Princípio da Proveniência possui um duplo grau: o respeito aos fundos (ordenamento externo) e o respeito à ordem original (ordenamento interno). Assim como Heredia Herrera (1991), Cruz Mundet (2001), Martín-Pozuelo Campillos (1996) e Ruíz Rodrigues (2008) reconhecem o Princípio da Procedência como análogos ao Princípio da Proveniência, contudo com aplicação diferenciadas. Martín-Pozuelo Campillos (1996) considera que o Princípio da Procedência possui um duplo grau sendo o primeiro relativo ao respeito à Proveniência e o segundo, ao respeito à estrutura dos fundos e à ordem interna destes. Para a ordem original, a autora acredita que a procedência dos conjuntos documentais não pode, jamais, mesclar-se com conjuntos de outra procedência. Desse modo, o respeito à estrutura dos fundos estabelece que os documentos, dentro de cada fundo, devam manter a classificação e a ordem própria da instituição de origem, ou seja, devam refletir a organização interna da instituição. Nessa

perspectiva, a autora destaca a importância de se separar os documentos por cada unidade administrativa.

Cruz Mundet (2001), assim como Ruíz Rodrigues (2008) e Cortés Alonso (1980), trata do Princípio da Procedência como análogo à Proveniência concentrada no respeito aos fundos. Em suas definições, o Princípio da Procedência consiste em respeitar os fundos, mantendo-os agrupados sem que se mesquem os conjuntos documentais das várias unidades das instituições. Esse posicionamento parece não se destoar das definições apresentadas por Martín-Pozuelo Campillos (1996) e Heredia Herrera (1991) para o Princípio da Procedência.

No Brasil, o Princípio da Proveniência foi inicialmente estudado por Bellotto (2007), em 1991, na primeira edição de sua obra *Arquivo Permanente: Tratamento Documental*, por meio de citações de autores internacionais analisados anteriormente: Jenkinson (1965), Cortés Alonso (1980), Schellenberg (1980), *Association des Archivists Français* (1991) e *Society of American Archivists* (1993). A autora destaca o Princípio da Proveniência como basilar para a área, com apoio do respeito aos fundos e respeito à ordem original.

Bellotto (2006) retoma o pensamento francês ao defender o Princípio da Proveniência na organização dos conjuntos documentais arquivísticos e utilizá-lo para justificar a solução da problemática de dispersão de fundos. A autora não explicita uma definição própria do respeito à ordem original, mas complementa Casanova (1966), quando afirma que a “santidade da ordem original ou *quietat non movere*¹⁵ é polêmico na Arquivologia em sua aplicação física” (BELLOTTO, 2006).

Lopes (1997) explica que é difícil encontrar, nas instituições brasileiras, grandes avanços na gestão da informação e, conseqüentemente, na aplicação desses princípios. O autor afirma que a aplicação da ordem original é difícil e de necessidade discutível no tratamento de massas documentais acumuladas e na intervenção de arquivos correntes. Sousa¹⁶ (2003) concorda com Lopes (1997) em relação a essa dificuldade de aplicação, em virtude da instabilidade institucional na qual os arquivos são estabelecidos. O cenário arquivístico brasileiro é formado por dois tipos de acervo: os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas. As instituições deparam-se com problemas

¹⁵ A expressão *quietat non movere*, em latim, foi também citada por Carucci (2010) e significa a inviolabilidade do ordenamento interno dado aos documentos.

¹⁶ Sousa (2003) elaborou um capítulo denominado “Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação”, do livro *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*, organizado pela professora Georgete Medleg Rodrigues. Embora o texto não faça parte da listagem de obras nacionais inicialmente analisadas em nossa pesquisa, incluímos o autor devido à sua relevante contribuição sobre o assunto.

de desordem cronológica dos documentos, assim como com a inexistência de políticas públicas arquivísticas (SOUSA, 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas reflexões trazidas pela Filosofia e Sociologia da Ciência, inferimos que—o Princípio da Proveniência é aceito pela maioria dos autores estudados como princípio condutor da teoria arquivística. O Respeito à Ordem Original, a Territorialidade e o Respeito aos Fundos, por sua vez, embora enunciados na comunidade científica como “princípios”, não são consensualmente aceitos como tal e portanto, possuem paradigmas ainda em discussão e não podem ser delimitados como princípios científicos. Dessa maneira, entendemos que o Princípio da Proveniência é o princípio corolário da Arquivologia ainda que sua aplicação tenha variações e abordagens diferentes.

A importância do Princípio da Proveniência foi registrada no primeiro manual da Arquivologia, o Manual dos Arquivistas Holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1960) e ratificada por diversos autores, como relevante atributo para o desenvolvimento do pensamento arquivístico em vários países, incluindo o Brasil. A partir da leitura e análise dos manuais, pudemos apreender que o Princípio da Proveniência repercutiu em diversos desdobramentos de estudos da Arquivologia, tanto na sua construção como disciplina científica quanto nas suas práticas, uma vez que muitos autores relacionam o referido princípio às atividades arquivísticas (classificação, avaliação, descrição, etc). Essa inferência considera a realidade empírica da Arquivologia tal como apropriamos da Filosofia e Sociologia da Ciência segundo Weber (2006), Trigueiro (2012), Kuhn (2013) e Popper (2013).

Observamos que, de início, o princípio teve destaque na classificação e no arranjo de documentos históricos. A organização documental concentrava-se no seu ordenamento, tendo em vista a formação da memória histórica institucional. Posteriormente, os autores passam a considerar a aplicação do princípio na classificação (intelectual) e avaliação de documentos, com foco no seu valor primário, observando-se o contexto de produção/acumulação no controle do fluxo informacional da instituição. Mais tarde, passam a contemplar o Princípio da Proveniência em todas as atividades arquivísticas, desde a produção e o registro, até a descrição e o arranjo dos documentos, não sendo possível restringi-lo a uma fase documental ou outra.

Destarte, o Princípio da Proveniência, como um dos basilares da organicidade, acompanhado do Respeito aos fundos e do Respeito à ordem original, orienta a Arquivologia como disciplina, no âmbito da teoria aplicada na identificação do contexto de produção e acumulação de documentos, bem como na organização externa e interna dos fundos, de forma que reflitam as funções que representam e cumpram o seu papel de prova perante a sociedade.

Da nossa análise bibliográfica, podemos verificar que muitos autores apresentam o Princípio da Proveniência como pressuposto e, por vezes, como sinônimo de Respeito aos Fundos, sem problematizar a sua definição; vários autores o desdobram em graus externo (como respeito aos fundos) e interno (como respeito à ordem original); e muitos autores somente referenciam outros estudiosos, sem apresentarem uma definição própria. Independentemente da apresentação, observamos que, ainda que denominado diversamente, o Princípio da Proveniência parece ser o que traduz mais fielmente a essência dos arquivos, ou seja, a sua organicidade, na conjugação do contexto de produção e acumulação dos documentos, da estrutura jurisdicional e administrativa das instituições e na organização dos documentos conforme as funções e atividades que lhes deram origem, seja no âmbito de uma organização ou seja de uma pessoa física. É por meio do reconhecimento e da preservação desse princípio, portanto, que a Arquivologia demarca sua identidade, os arquivistas se reconhecem e os documentos cumprem essas funções, absorvendo outras que perpassam diferentes fases, abordagens, sentidos e usos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. **Manuel d'Archivistique**: théorie et pratique des Archives publiques en France. Paris: Direction des Archives de France, 1991.

BELLOTO, Heloísa Liberati. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BERNER, Richard C. **Archival theory and practice in the United States**: a historical analysis. Seattle: University of Washington Press, 1983.

BRENNEKE, Adolf. **Archivistica**: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea. Milano: Per i tipi dell'editore, 1968.

CARUCCI, Paola. **Le fonti archivistiche**: ordinamento e conservazione. 21ª reimpressão. Roma: Carocci Editore S.p.A, 2010.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. 2. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1966.

COOK, Michael. **The Management of information from Archives**. England: Gower Publishing Company, 1986.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. **Documentacion y documentos**. Madrid: Ministerio de Cultura/Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, 1980.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de Archivística**. 7. ed. Madrid: Fundación Sánchez Ruipérez, Pirámide, 2008.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **La pratique archivistique française**. Paris, 1993.

DUCHEIN, Michel. Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des fonds in Archival Science, **Archivaria**, n. 16, 1983, p. 64. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/12648/13813>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

DURANTI, Luciana. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. Carmona (Sevilla): S & C ediciones, 1996.

EASTWOOD, Terry. **The Archival Fonds: from Theory to Practice**. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1992.

FAVIER, Jean. **Les archives**. 7. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Gráficas del Sur, 1991.

JENKINSON, Hilary. **A Manual of archive administration**. 2. ed. London: Percy Lund, Humphries and Co., 1965.

KUHN, Thomas. **A revolução das estruturas científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LODOLINI, Elio. **Archivística: principios y problemas**. 2. ed. Madrid: Editorial La Muralla, S.A., 1993.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF, 1996.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha **Interloções entre a Arquivologia nacional e internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III, 1996.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

- PEDERSON, Ann. **Keeping archives**. Sydney: Australian Society of Archivists, 1987.
- POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução Leonidas Hegenberg, Octanny Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- RUIZ RODRÍGUEZ, Antônio Angel. **Manual de arquivística**. Madrid: Sínteses, 1995.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- _____. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília:
- TAMBLÉ, Donato. **La teoria archivística italiana contemporanea: profilo storico critico (1950-1990)**. Roma: Grafiche Editoriali, 1993.
- TANODI, Aurelio. **Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios**. Córdoba: Universidad Nacional, 1961.
- TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Ciência, verdade e sociedade: contribuições para um diálogo entre sociologia e a filosofia da ciência**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2012.
- VÁZQUEZ, Manuel. **Manual de Selección Documental**. 1982. 2. ed. Córdoba: Escuela de Archiveros Universidad Nacional de Córdoba, 1995.
- WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. Tradução Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.